

ÍNDICE

Parecer

Projeto de Lei n.º 936/XIII/3ª
(PEV)

Autora: Deputada Palmira Maciel
(PS)

“Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”



Comissão de Agricultura e Mar

PARTE I - CONSIDERANDOS

PARTE II - OPINIÃO DA DEPUTADA AUTORA DO PARECER

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE IV- ANEXOS

PARTE I – CONSIDERANDOS

1– Introdução

O Projeto de Lei n.º 936/XIII/3.^a, “Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”, deu entrada na Assembleia da República a 03 de julho de 2018, subscrito por dois Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa (Constituição) e no artigo 118.º do Regimento da Assembleia da República (RAR).

Foi admitido e baixou, na generalidade, à Comissão de Agricultura e Mar (7.^a) a 04 de julho, tendo sido, nesse mesmo dia, anunciado em sessão plenária.

2- Objeto e Motivação

Na exposição e motivos são apresentados argumentos que, defendem os proponentes, justificam o impedimento do cultivo e a libertação deliberada em ambiente de OGM que, podem representar riscos para a saúde e para o ambiente.

Referem os proponentes que a “União Europeia não foi respeitadora da vontade dos cidadãos quando determinou que a informação ao consumidor em geral, e as normas de rotulagem em particular, não teriam que se suportar num esclarecimento cabal sobre a presença de transgénicos nos alimentos”.

Afirmam os proponentes que a EU, relativamente à autorização do cultivo de milho transgénico, feita em 1998, ignorou o sentimento maioritário dos cidadãos.

Concluem os proponentes que *“os Verdes consideram que a marca distintiva do nosso país deve dar-se, em grande medida, por opções estruturais e setoriais de sustentabilidade e, nesse sentido, se deve assumir a responsabilidade de impedir o cultivo de OGM em Portugal”*.

Informação mais detalhada na Nota Técnica (NT) anexa, elaborada pelos serviços da Assembleia da República, ao abrigo do disposto no artigo 131.º do RAR.

3 - Do enquadramento constitucional, legal e antecedentes

De acordo com a NT, o PEV apresentou o Projeto de Lei n.º 936/XIII/3.^a “Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”

A apresentação foi efetuada, no âmbito do poder de iniciativa da lei, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa (Constituição) e no artigo 118.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), que consagram o poder de iniciativa da lei. Trata-se de um poder dos Deputados, nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, e dos grupos parlamentares, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 180.º da Constituição e da alínea f) do artigo 8.º do RAR.

A iniciativa toma a forma de Projeto de Lei em conformidade com disposto no n.º 1 do artigo 119.º do RAR. Este é redigido em artigos, apresenta uma designação que traduz sinteticamente o seu objeto principal e é precedido de uma exposição de motivos, dando cumprimento aos requisitos formais previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 124.º do RAR.

O título do Projeto de Lei n.º 936/XIII/3.^a “Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)” traduz sinteticamente o seu objeto, mostrando-se conforme ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, conhecida como lei formulário, embora no caso se aprovação, possa ser objeto de aperfeiçoamento, em sede de apreciação na especialidade ou em redação final.

Tomando em consideração a regra de legística segundo a qual *“as vicissitudes que afetem globalmente um ato normativo devem ser identificadas no título, o que ocorre,*

por exemplo, em atos de suspensão ou em revogações expressas de todo um outro ato”¹, sugerimos que se informe no título a revogação efetuada ao [Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril](#), que regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de março, e ao [Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro](#), que regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico.

Tal pode ser feito, por exemplo, da seguinte forma: *“Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados, revogando o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril, e o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro”*.

A norma revogatória, antes de especificar os Decretos-Leis n.º 72/2003, de 10 de abril e 160/2005, de 21 de setembro, começa por referir que *“são revogadas todas as disposições legais que contrariem o disposto na presente lei”*. Em caso aprovação na generalidade, coloca-se à consideração da Comissão a hipótese de tentar concretizar ao máximo as revogações efetuadas, uma vez que *“devem evitar-se normas revogatórias que procedam a revogações genéricas ou tácitas”* porque esta fórmula *“pode, inclusive, ser causadora de dúvidas interpretativas”*² sobre a vigência de outras normas.

Aproveitamos para assinalar a existência de uma norma de regulamentação da lei pelo Governo no prazo de 180 dias (artigo 8.º).

Em caso de aprovação esta iniciativa revestirá a forma de lei, nos termos do n.º 3 do artigo 166.º da Constituição, pelo que deve ser objeto de publicação na 1.ª série do Diário da República, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º da lei formulário.

¹ Duarte, D., Sousa Pinheiro, A. *et al* (2002), *Legística*. Coimbra, Editora Almedina, pág. 203.

² Duarte, D., Sousa Pinheiro, A. *et al* (2002), *Legística*. Coimbra, Editora Almedina, pág. 256.

No que concerne ao enquadramento internacional (direito comparado) e antecedentes legislativos sobre a matéria em questão, o presente parecer remete para NT.

PARTE II – OPINIÃO DO RELATOR

O Deputado relator exime-se, nesta sede, de manifestar a sua opinião política sobre o Projeto de Lei n.º 584/XIII/2ª, a qual é, de resto, de “elaboração facultativa” nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar em que se integra, reserva a sua posição para o debate posterior.

PARTE III – CONCLUSÕES

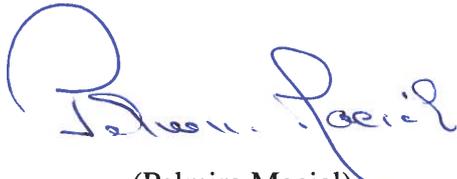
- 1- A 03 de julho de 2018, dois Deputados do Grupo Parlamentar do PEV apresentaram à Assembleia da República, o Projeto de Lei n.º 936/XIII/3.ª que “Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”
- 2- Esta apresentação foi efetuada nos termos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, encontrando-se reunidos os requisitos formais e de tramitação exigidos.
- 3- De acordo com o n.º 4 do artigo 131.º do RAR, deve a nota técnica, elaborada pelos serviços da Assembleia, ser junta, como anexo, ao parecer e acompanhar a iniciativa legislativa ao longo de todo o processo legislativo.
- 4- Nos termos regimentais aplicáveis, deve o presente parecer ser remetido a sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.
- 5- Face ao exposto, a Comissão de Agricultura e Mar é de parecer que a iniciativa em apreço reúne os requisitos exigidos para ser discutida e votada em Plenário.

PARTE IV – ANEXOS

Nos termos do n.º 2 do artigo 137.º do RAR, segue em anexo, ao presente parecer, a Nota Técnica a que se refere o artigo 131.º do mesmo Regimento.

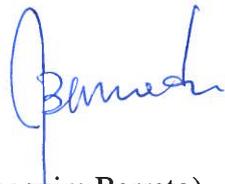
Palácio de S. Bento, 19 de setembro de 2018

A DEPUTADA RELATORA



(Palmira Maciel)

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Joaquim Barreto)

Projeto de Lei n.º 936/XIII/3.ª (PEV)

Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

Data de admissão: 4 de julho de 2018

Comissão de Agricultura e Mar (7.ª)

Índice

- I. Análise sucinta dos factos, situações e realidades respeitantes à iniciativa
- II. Apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário
- III. Enquadramento legal e doutrinário e antecedentes
- IV. Iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a mesma matéria
- V. Consultas e contributos
- VI. Apreciação das consequências da aprovação e dos previsíveis encargos com a sua aplicação

Elaborada por Anabela António e Filipe Xavier (DAC), Rafael Silva (DAPLEN), Rosalina Alves (BIB) e José Manuel Pinto (DILP).

Data: 11 de setembro de 2018

I. Análise sucinta dos factos, situações e realidades respeitantes à iniciativa

O Projeto de Lei em apreço deu entrada no dia 3 de julho de 2018, foi admitido, anunciado e baixou, na generalidade, no dia 4 de julho de 2018 à Comissão de Agricultura e Mar (7.^a).

Refere a exposição de motivos que *“a rejeição dos organismos geneticamente modificados (OGM), por parte dos cidadãos dos diversos Estados da União Europeia, tem sido confirmada através de diversos estudos (...) sustenta-se sobretudo nos riscos que os transgénicos podem representar para a saúde e para o ambiente (...). Desta forma, mais de 70% dos cidadãos recusam consumir alimentos transgénicos e cerca de 95% não admitem prescindir do direito de poderem rejeitar OGM”*.

Referem os proponentes que *“a União Europeia não foi respeitadora da vontade dos cidadãos quando determinou que a informação ao consumidor em geral, e as normas de rotulagem em particular, não teriam que se suportar num esclarecimento cabal sobre a presença de transgénicos nos alimentos (...) preferiu deixar a porta aberta à salvaguarda dos interesses das multinacionais do setor agroalimentar. Já em relação ao cultivo, foi em 1998 que (...) autorizou o cultivo do milho transgénico MON810, no seu espaço geográfico. Esta decisão da União Europeia foi muito contestada, mas, ignorando o sentimento maioritário dos cidadãos, os organismos europeus preferiram ceder aos interesses da Monsanto”*.

Em Portugal, referem os proponentes que *“o Partido Ecologista Os Verdes empenhou-se de várias formas, incluindo através de iniciativas legislativas, na aplicação de uma moratória relativa ao cultivo e à comercialização de OGM. Considerávamos que não estavam salvaguardados nem os direitos dos agricultores, nem dos cidadãos, nem a salvaguarda dos ecossistemas, e que, não sendo possível garantir a não contaminação entre culturas transgénicas e tradicionais ou biológicas, importava aplicar o princípio da precaução.*

Infelizmente, as diferentes maiorias parlamentares assumiram sempre uma postura de aceitação incondicional da autorização europeia, referindo que não era possível proibir o que a União Europeia aceitara. O PEV nunca aceitou esta argumentação e, por isso, insistiu mais do que uma vez na questão da moratória. (...) Tratou-se de um profundo desrespeito para com os cidadãos”.

A decisão de proibição do cultivo de OGM, segundo os proponentes “passará a competir a cada Estado-Membro. Nestas circunstâncias, um dos argumentos usados pelas consecutivas maiorias parlamentares e pelos consecutivos Governos, que consistia numa desresponsabilização própria, para se assumirem submetidos ao que a União Europeia autorizasse, deixa de poder ser usado. É tempo, portanto, de Portugal se desvincular da facilidade com que tem permitido a presença de OGM nos nossos campos agrícolas e seguir o exemplo de uma grande parte de países da União Europeia (como Alemanha, Áustria, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, entre outros) que proibiram o cultivo de OGM, por aplicação direta do princípio da precaução”.

Nessa medida concluem os proponentes “os Verdes consideram que a marca distintiva do nosso país deve dar-se, em grande medida, por opções estruturais e setoriais de sustentabilidade. A agricultura é um dos setores onde se pode promover um grande caminho na lógica da melhor compatibilização da atividade humana com a preservação ambiental, designadamente, apostando em práticas agrícolas menos intensivas, relocalizando a produção e aproximando-a dos consumidores, apoiando a agricultura familiar, incentivando a produção de alimentos mais saudáveis e com menos pesticidas, assim como livrando o país de culturas transgénicas. Nesse sentido, os Verdes consideram que é de insistir na discussão de um Projeto de Lei que há já alguns anos o PEV traz à Assembleia da República, com o objetivo de se assumir a responsabilidade de impedir o cultivo de OGM em Portugal”.

II. **Apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário**

- **Conformidade com os requisitos formais, constitucionais e regimentais**

O Projeto de Lei n.º 936/XIII/3.^a é subscrito por dois Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes", ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 167.º da [Constituição da República Portuguesa](#) (Constituição) e no artigo 118.º do [Regimento da Assembleia da República](#) (RAR), que consagram o poder de iniciativa da lei. Trata-se de um poder dos Deputados, nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do RAR, e dos grupos parlamentares, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 180.º da Constituição e da alínea f) do artigo 8.º do RAR.

Toma a forma de Projeto de Lei, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 119.º do RAR, encontra-se redigido sob a forma de artigos, é precedido de uma breve exposição de motivos e tem uma designação que traduz sinteticamente o seu objeto principal, embora possa ser objeto de aperfeiçoamento em caso de aprovação, dando assim cumprimento aos requisitos formais estabelecidos no n.º 1 do artigo 124.º do RAR.

De igual modo encontram-se respeitados os limites à admissão das iniciativas, previstos no n.º 1 do artigo 120.º do RAR, uma vez que este Projeto de Lei não parece infringir princípios constitucionais e define concretamente o sentido das modificações a introduzir na ordem legislativa.

O Projeto de Lei em apreciação deu entrada a 3 de julho de 2018. Foi admitido e baixou na generalidade à Comissão de Agricultura e Mar (7.^a), em conexão com a Comissão de Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Ambiente (11.^a) a 4 de julho, por despacho de S. Ex.^a o Presidente da Assembleia da República, tendo sido anunciado nesse mesmo dia em sessão plenária.

- **Verificação do cumprimento da lei formulário**

O título da presente iniciativa legislativa - *“Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”* - traduz sinteticamente o seu objeto, mostrando-se conforme ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, conhecida como *lei formulário*¹, embora, em caso de aprovação, possa ser objeto de aperfeiçoamento, em sede de apreciação na especialidade ou em redação final.

Tomando em consideração a regra de legística segundo a qual *“as vicissitudes que afetem globalmente um ato normativo devem ser identificadas no título, o que ocorre, por exemplo, em atos de suspensão ou em revogações expressas de todo um outro ato”*², sugerimos que se informe no título a revogação efetuada ao [Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril](#), que regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de março, e ao [Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro](#), que regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico.

Tal pode ser feito, por exemplo, da seguinte forma: *“Impede o cultivo e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados, revogando o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril, e o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro”*.

A norma revogatória, antes de especificar os Decretos-Leis n.º 72/2003, de 10 de abril e 160/2005, de 21 de setembro, começa por referir que *“são revogadas todas as disposições legais que contrariem o disposto na presente lei”*. Em caso aprovação na generalidade, coloca-se à consideração da

¹ Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, que estabelece um conjunto de normas sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas, alterada e republicada pelas Leis n.ºs 2/2005, de 24 de janeiro, 26/2006, de 30 de junho, 42/2007, de 24 de agosto, e [43/2014, de 11 de julho](#).

² Duarte, D., Sousa Pinheiro, A. *et al* (2002), *Legística*. Coimbra, Editora Almedina, pág. 203.

Comissão a hipótese de tentar concretizar ao máximo as revogações efetuadas, uma vez que “*devem evitar-se normas revogatórias que procedam a revogações genéricas ou tácitas*” porque esta fórmula “*pode, inclusive, ser causadora de dúvidas interpretativas*”³ sobre a vigência de outras normas.

Aproveitamos para assinalar a existência de uma norma de regulamentação da lei pelo Governo no prazo de 180 dias (artigo 8.º).

Em caso de aprovação esta iniciativa revestirá a forma de Lei, nos termos do n.º 3 do artigo 166.º da Constituição, pelo que deve ser objeto de publicação na 1.ª série do Diário da República, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º da *lei formulário*.

No que respeita ao início de vigência, o artigo 10.º deste Projeto de Lei estabelece que a sua entrada em vigor ocorrerá no dia seguinte ao da sua publicação, mostrando-se assim conforme com o previsto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, segundo o qual os atos legislativos “*entram em vigor no dia neles fixado, não podendo, em caso algum, o início de vigência verificar-se no próprio dia da publicação*”. Nesta fase do processo legislativo, a iniciativa em apreço não nos parece suscitar outras questões em face da *lei formulário*.

III. Enquadramento legal e doutrinário e antecedentes

- **Enquadramento legal nacional e antecedentes**

Dispõe o n.º 1 do artigo 60.º da Constituição que “*os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e à informação, à proteção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos*”. Acrescentam a alínea i) do artigo 81.º que incumbe prioritariamente ao Estado a garantia da “*defesa dos interesses e direitos dos consumidores*” e a alínea e) do artigo 99.º que a

³ Duarte, D., Sousa Pinheiro, A. *et al* (2002), *Legística*. Coimbra, Editora Almedina, pág. 256.

proteção dos consumidores constitui um dos objetivos da política comercial do Estado. Em matéria ambiental, o artigo 66.º estipula que *“todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”*.

Por sua vez, os artigos 93.º a 100.º da Constituição enformam aquilo a que a doutrina chama a Constituição agrícola ou agrária, enquanto parte integrante da Constituição económica (artigos 80.º a 107.º). De entre os objetivos da política agrícola destaca-se o do aumento da produção e produtividade da agricultura, dotando-a de infraestruturas e outros meios que se revelem adequados, com vista, designadamente, a assegurar a qualidade dos produtos e o melhor abastecimento do país [alínea a) do n.º 1 do artigo 93.º].

Outro objetivo da política agrícola passa por *“assegurar o uso e a gestão racional dos solos e dos restantes recursos naturais, bem como a manutenção da sua capacidade de regeneração”* - alínea d) do n.º 1 do artigo 93.º. Este fim concorre para que o Estado promova *“uma política de ordenamento e reconversão agrária e de desenvolvimento florestal, de acordo com os condicionalismos ecológicos e sociais do país”* (n.º 2 do artigo 93.º).

Genericamente, a [Lei n.º 19/2014, de 14 de abril](#) *“Define as bases da política de ambiente”*⁴, estabelecendo na alínea d) do artigo 11.º que a política de ambiente tem também por objeto os componentes associados a comportamentos humanos, nomeadamente as alterações climáticas, os resíduos, o ruído e os produtos químicos, com o objetivo de garantir a avaliação e gestão do risco associado aos OGM de modo a garantir a proteção do ambiente e da saúde humana.

Relacionada com o objeto concreto das iniciativas em apreço, cite-se o [Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril](#) *“Regula a libertação deliberada no*

⁴ Texto consolidado retirado do portal eletrónico do *Diário da República*.

ambiente de organismos geneticamente modificados⁵ e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de março”, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 164/2004, de 3 de julho](#). Tenha-se em conta que a Diretiva 2001/18/CE dizia respeito à libertação deliberada no ambiente de OGM, revogando a Diretiva n.º 90/220/CEE do Conselho.

Na sequência da aprovação de outros instrumentos normativos comunitários complementares da Diretiva n.º 2001/18/CE, designadamente os Regulamentos (CE) n.º 1829/2003 e 1830/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de 22 de setembro, o primeiro relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados e o segundo sobre a rastreabilidade e rotulagem de organismos geneticamente modificados e a rastreabilidade dos géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, alterando a Diretiva n.º 2001/18/CE, e as Diretivas n.º 2002/53/CE e 2002/55/CE do Conselho, ambas de 13 de junho, a primeira atinente ao catálogo comum das variedades das espécies de plantas agrícolas e a segunda respeitante à comercialização de sementes de produtos hortícolas, surgiu o [Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho](#) “*Estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/53/CE, do Conselho, de 13 de junho, que diz respeito ao Catálogo Comum das Variedades das Espécies de Plantas Agrícolas, e a Diretiva n.º 2002/55/CE, do Conselho, de 13 de junho, respeitante à comercialização de sementes de produtos hortícolas*”, o qual, depois de sofrer diversas alterações, viria a ser revogado e substituído pelo [Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril](#)⁶ “*Regula a produção, o controlo, a certificação e a comercialização de sementes de espécies agrícolas e de*

⁵ No contexto dos projetos de lei em análise, a expressão “organismos geneticamente modificados”, se bem que possa abarcar a manipulação genética de animais, tem em vista apenas as variedades agrícolas ou hortícolas geneticamente modificadas, razão por que também utilizamos mais à frente a expressão “variedades geneticamente modificadas”.

⁶ Texto consolidado retirado do Diário da República Eletrónico (DRE).

espécies hortícolas, transpondo as Diretivas de Execução (UE) n.º 2015/1168, 2015/1955, 2016/11 e 2016/317”. Este diploma refere no preâmbulo, para além de outros motivos, o propósito de consolidar mais de uma dezena de alterações que o anterior decreto-lei havia sofrido e dificultavam “*significativamente a perceção do regime jurídico aplicável*”.

Por sua vez, o [Decreto-lei n.º 168/2004, de 7 de julho](#), veio estabelecer regras de execução do referido Regulamento (CE) n.º 1830/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de setembro.

O quadro jurídico nacional é completado pelo [Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro](#) “*Regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico*”.

Através do [Decreto Legislativo Regional n.º 15/2010/M, de 13 de agosto](#), a Região Autónoma da Madeira declarou-se “*zona livre de cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados*” (artigo 1.º), proibindo “*a introdução de material de propagação, vegetativo ou seminal, que contenha organismos geneticamente modificados no território da Região Autónoma da Madeira, assim como a sua utilização na agricultura*” (artigo 2.º).

Também a Região Autónoma dos Açores, mediante o [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/A, de 26 de junho](#), se declarou “*zona livre do cultivo*” de OGM (n.º 2 do artigo 1.º) embora não interditando a sua introdução e produção em toda a sua plenitude (*vide* artigo 4.º).

Os antecedentes da iniciativa em apreço são os seguintes:

- [Projeto de Lei n.º 30/VIII](#) “*Organismos geneticamente modificados: submissão da lei ao princípio da precaução*”, apresentado pelo BE;⁷

⁷ Foi discutido em conjunto com o Projeto de Lei n.º 43/VIII. Deu origem à [Lei n.º 12/2002, de 16 de fevereiro](#) “Organismos geneticamente modificados”, através da qual foram suspensas a libertação

- [Projeto de Lei n.º 43/VIII](#) “*Proíbe a comercialização e importação e produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados*”, apresentado pelo PEV;⁸

- [Projeto de Lei n.º 524/IX](#) “*Altera o Decreto-Lei n.º 164/2004, de 3 de julho, que altera o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril, que regula a libertação deliberada no ambiente de Organismos Geneticamente Modificados - OGM - e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, de acordo com os Regulamentos (CE) n.º 1829/2003 e 1830/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro*”, apresentado pelo PEV;⁹

- [Projeto de Lei n.º 11/X](#) “*Altera o Decreto-Lei n.º 164/2004, de 3 de julho que altera o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril, que regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados – OGM - e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, de acordo com os Regulamentos (CE) n.º 1829/2003 e 1830/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro*”, apresentado pelo PEV;¹⁰

- [Projeto de Lei n.º 224/XI](#) “*Revisão da Lei de Bases do Ambiente*”, apresentado pelo PSD;¹¹

- [Projeto de Lei n.º 456/XI](#) “*Estabelece as Bases da Política de Ambiente*”, apresentado pelo PCP;¹²

- [Projeto de Lei n.º 457/XI](#) “*Lei de Bases do Ambiente*”, apresentado pelo PEV;¹³

- [Projeto de Lei n.º 515/XI](#) “*Estabelece uma nova Lei de Bases do Ambiente*”, apresentado pelo BE;¹⁴

deliberada no ambiente de produtos geneticamente modificados e a importação e comercialização de produtos que contenham na sua composição organismos geneticamente modificados e que se destinem à alimentação humana ou animal até à transposição da Diretiva n.º 2001/18/CE.

⁸ Rejeitado. Foi discutido em conjunto com o Projeto de Lei n.º 30/VIII.

⁹ Caducou em 22 de dezembro de 2004.

¹⁰ Caducou em 14 de outubro de 2009.

¹¹ Apesar de aprovado na generalidade, o Projeto de Lei caducaria em 19 de junho de 2011. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 456/XI e 457/XI.

¹² Apesar de aprovada, a iniciativa viria a caducar em 19 de junho de 2011. Foi discutida em conjunto com os projetos de lei n.ºs 224/XI e 457/XI.

¹³ Embora aprovado na generalidade, o Projeto de Lei caducaria em 19 de junho de 2011. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 224/XI e 456/XI.

- [Projeto de Lei n.º 560/XI](#) “*Revisão da Lei de Bases de Ambiente*”, apresentado pelo CDS-PP;¹⁵
- [Projeto de Lei n.º 29/XII](#) “*Lei de Bases do Ambiente*”, apresentado pelo PEV;¹⁶
- [Projeto de Lei n.º 39/XII](#) “*Estabelece uma nova Lei de Bases do Ambiente*”, apresentado pelo BE;¹⁷
- [Projeto de Lei n.º 143/XII](#) “*Estabelece as Bases da Política de Ambiente - Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de abril, que aprovou a «Lei de Bases do Ambiente»*”, apresentado pelo PS;¹⁸
- [Projeto de Lei n.º 154/XII](#) “*Estabelece as Bases da Política de Ambiente*”, apresentado pelo PCP;¹⁹
- [Projeto de Lei n.º 182/XII](#) “*Informação sobre cultivo de transgénicos - alteração ao Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de setembro*”, apresentado pelo PEV;²⁰
- [Projeto de Lei n.º 308/XII](#) “*Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas*”, apresentado pelo PCP;²¹
- [Projeto de Lei n.º 784/XII](#) “*Proíbe o cultivo, importação e comercialização de organismos geneticamente modificados vegetais*”, apresentado pelo BE;²²
- [Projeto de Lei n.º 805/XII](#) “*Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas*”, apresentado pelo PCP;²³
- [Projeto de Lei n.º 811/XII](#) “*Impede o cultivo, a comercialização e a libertação deliberada em ambiente de Organismos Geneticamente Modificados*”, apresentado pelo PEV.²⁴

¹⁴ Iniciativa caducada em 19 de junho de 2011.

¹⁵ Iniciativa caducada em 19 de junho de 2011.

¹⁶ Retomou o Projeto de Lei n.º 457/XI, que caducara. Foi rejeitado. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 29/XII, 143/XII e 154/XII.

¹⁷ Retomou o Projeto de Lei n.º 515/XI, que caducara. Foi rejeitado. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 29/XII, 39/XII e 154/XII.

¹⁸ Rejeitado. Foi discutido em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 29/XII, 39/XII e 154/XII.

¹⁹ Retomou o Projeto de Lei n.º 456/XI, que caducara. Foi rejeitado. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 29/XII, 39/XII e 143/XII.

²⁰ Rejeitado na votação na generalidade. Foi discutido em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 236/XII.

²¹ Rejeitado na votação na generalidade. Foi discutido em conjunto com os projetos de resolução n.ºs 470/XII e 492/XII.

²² Rejeitado. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 805/XII e 811/XII e com o Projeto de Resolução n.º 1293/XII.

²³ Rejeitado. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 784/XII e 811/XII e com o Projeto de Resolução n.º 1293/XII.

Os Projetos de Resolução relacionados com este tema são os seguintes:

- [Projeto de Resolução n.º 26/VIII](#) “*Sobre produtos provenientes de organismos geneticamente modificados*”, apresentado pelo CDS-PP;²⁵
- [Projeto de Resolução n.º 28/VIII](#) “*Adoção da Diretiva n.º 90/220/CEE relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados*”, apresentado pelo PS;²⁶
- [Projeto de Resolução n.º 37/VIII](#) “*Sobre rotulagem em alimentos para consumo humano ou animal produzidos a partir de organismos geneticamente modificados*”, apresentado pelo PEV;²⁷
- [Projeto de Resolução n.º 194/X](#) “*Recomenda ao Governo a aplicação do princípio da precaução em relação a milho geneticamente modificado*”, apresentado pelo PEV;²⁸
- [Projeto de Resolução n.º 230/X](#) “*Recomenda ao Governo uma moratória sobre o cultivo de sementes que contenham ou sejam constituídas por Organismos Geneticamente Modificados (OGM)*”, apresentado pelo BE;²⁹
- [Projeto de Resolução n.º 166/XI](#) “*Recomenda ao Governo que rejeite a comercialização de arroz transgénico LLRice62*”, apresentado pelo BE;³⁰
- [Projeto de Resolução n.º 236/XII](#) “*Recomenda ao Governo que proíba a importação e comercialização de milho transgénico MON810*”, apresentado pelo BE;³¹
- [Projeto de Resolução n.º 470/XII](#) “*Recomenda ao Governo que proíba a importação, comercialização e cultivo dos organismos geneticamente modificados milho MON810 e batata amflora*”, apresentado pelo BE;³²

²⁴ Rejeitado. Foi discutido em conjunto com os projetos de lei n.ºs 784/XII e 805/XII e com o Projeto de Resolução n.º 1293/XII.

²⁵ Iniciativa considerada caducada em 4 de abril de 2002.

²⁶ Iniciativa considerada caducada em 4 de abril de 2002.

²⁷ Daria origem à [Resolução da Assembleia da República n.º 64/2000, de 14 de julho](#) “*Sobre rotulagem em alimentos para consumo humano ou animal produzidos a partir de organismos geneticamente modificados*”.

²⁸ Iniciativa caducada em 14 de outubro de 2009.

²⁹ Iniciativa caducada em 14 de outubro de 2009.

³⁰ Deu origem à [Resolução da Assembleia da República n.º 104/2010, de 16 de agosto](#) “*Recomenda ao Governo que rejeite a comercialização de arroz transgénico LLRice62*”.

³¹ Rejeitado. Foi discutido em conjunto com o Projeto de Lei n.º 182/XII.

- [Projeto de Resolução n.º 492/XII](#) “Prevê a aplicação do princípio da precaução relativamente ao milho transgénico NK 603”, apresentado pelo PEV;³³

- [Projeto de Resolução n.º 1293/XII](#) “Recomenda ao Governo orientações atinentes ao processo de transposição da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2001/18/CE no que se refere à possibilidade de os Estados Membros limitarem ou proibirem o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) no seu território”, apresentado pelo PS.³⁴

Na presente legislatura foram apresentados e debatidos quatro Projetos de Lei n.º [17/XIII](#), [69/XIII](#), [100/XIII](#) e [102/XIII](#) com a mesma finalidade. Foram rejeitados na votação na generalidade, sendo apropriado, em todo o caso, remeter para as considerações constantes do [parecer da comissão parlamentar competente e respetiva nota técnica](#), onde se fornecem ligações importantes a relatórios e estudos sobre a matéria.

Cabe salientar, por fim, que o primeiro dos Projetos de Lei em apreciação, todos no sentido de proibir a produção e libertação no ambiente de variedades geneticamente modificadas, revoga expressamente os Decretos-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril, e 160/2005, de 21 de setembro. O segundo revoga “*todas as disposições legais*” contrárias, incluindo os referidos Decretos-Lei. O terceiro revoga esses dois Decretos-Lei e ainda o Decreto-Lei n.º 164/2004, de 7 de julho, assim como as Portarias n.º [904/2006, de 4 de setembro](#)³⁵, e [1611/2007, de 20 de dezembro](#)³⁶.

³² Rejeitado. Foi discutido em conjunto com o Projeto de Lei n.º 308/XII e com o Projeto de Resolução n.º 492/XII.

³³ Rejeitado. Foi discutido em conjunto com o Projeto de Lei n.º 308/XII e com o Projeto de Resolução n.º 470/XII.

³⁴ Deu origem à [Resolução da Assembleia da República n.º 32/2015, de 1 de abril](#) “Recomenda ao Governo orientações atinentes ao processo de transposição da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2001/18/CE, de 12 de março, no que se refere à possibilidade de os Estados membros limitarem ou proibirem o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) no seu território”.

³⁵ Foi alterada pela [Portaria n.º 16/11/2007, de 20 de dezembro](#) (“Estabelece as condições e o procedimento para o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas”).

³⁶ Que altera a Portaria n.º 904/2006, de 4 de setembro.

- **Enquadramento doutrinário/bibliográfico**

DOBBS, Mary – Genetically modified crops, agricultural sustainability and national opt-outs: enclosure as the loophole? **Common Market Law Review**. Leiden. ISSN 0165-0750. Vol. 54, nº 4 (Aug. 2017), p. 1093-1122. Cota: RE-227.

Resumo: De acordo com a autora «os Estados-Membros da UE enfrentam um dilema: após décadas a exigir poderes para escolher cultivar ou não culturas geneticamente modificadas (GM), a UE devolveu-lhes alguns poderes limitados, mas significativos.» Uma diretiva permite que os Estados-Membros “opt-out” do cultivo de OGM, desde que cumpram alguns critérios relevantes.

Um dos critérios é a sustentabilidade agrícola. Em princípio, as culturas GM poderiam promover a sustentabilidade agrícola, inclusive através do aumento da biodiversidade agrícola, uma vez que facilitam a introdução de novas características ou espécies num ecossistema. No entanto, a natureza das suas modificações permite a aplicabilidade da lei de patentes, com consequências negativas sobre a disponibilidade de recursos genéticos vegetais e a biodiversidade agrícola a longo prazo.

Diz a autora que os Estados-Membros devem decidir urgente e cuidadosamente se e como restringir as culturas GM, uma vez que a natureza permeável do ambiente facilita a disseminação de organismos geneticamente modificados uma vez cultivados.

E argumenta «que a adoção de medidas legais poderia justificar a imposição de restrições ao cultivo de transgénicos, a fim de conservar a biodiversidade agrícola como um recurso natural esgotável, essencial à agro-sustentabilidade. Para melhorar a probabilidade de as restrições serem legalmente aceites tanto a nível da UE como da Organização Mundial do Comércio (OMC), tais justificações devem ser distinguidas claramente de quaisquer preocupações ambientais mais amplas, uma vez que tanto a UE como a OMC impõem restrições rigorosas quando são levantados objetivos ambientais.»

LES ORGANISMES génétiquement modifiés. **Futuribles : analyse et prospective**. Paris. ISSN 0337-307X. N.º 383 (mars 2012). 192 p. Cota: RE-4.

Resumo: Este número da revista *Futuribles* é inteiramente dedicado aos organismos geneticamente modificados (OGM) e, mais especificamente, às plantas geneticamente modificadas, às suas virtudes e perigos, reais e alegados, sendo apresentados diferentes pontos de vista e argumentos, de quem defende e de quem se opõe ao seu estudo/investigação, cultivo e consumo.

Cécile Désaunay no artigo “*Vers un monde génétiquement modifié?: applications possibles des biotechnologies*”, pág. 5-16, apresenta uma breve visão sobre o que são os OGM, o estado da investigação e as perspetivas que se poderão abrir a médio-longo prazo. A autora analisa as principais aplicações existentes e as áreas preferenciais de investigação na indústria (especialmente para reduzir os custos de produção e da utilização de produtos poluentes), na agricultura, alimentos e medicamentos. Destaca os riscos inerentes à biotecnologia, para o ambiente e saúde humana e animal e os obstáculos enfrentados pelo setor e as questões levantadas pela concentração da investigação nas mãos de algumas grandes empresas.

David Sawaya, um especialista em biotecnologia vegetal, escreve “*Les biotechnologies végétales à l’horizon 2030*”, pág. 17-34, sobre as grandes tendências de desenvolvimento que são suscetíveis de acontecer nesse setor até o ano de 2030. O autor aponta as mudanças que se têm verificado nas características, no âmbito da biotecnologia vegetal, mostrando que as características de primeira geração (resistência a pragas e herbicidas) tendem a dar lugar às características de segunda geração, que são mais de caráter agronómico (resistência a vários tipos de stresse, melhores rendimentos).

A opinião dos europeus (pág. 119-133) sobre este assunto é analisada por **Daniel Boy** que, com base em inquéritos Eurobarómetro aos cidadãos europeus realizados ao longo de 15 anos ou mais, mostra que nunca houve uma maioria na UE a favor do desenvolvimento de OGM para a produção de alimentos e, entre 1996 e 2010, a proporção de pessoas relutantes em ver esse desenvolvimento, na verdade, aumentou. Neste artigo, Boy mostra as disparidades existentes entre os vários países europeus e apresenta razões que podem explicar essas diferenças.

Salientamos ainda o artigo de **Pierre Feillet**, “*Les OGM, atouts d’une alimentation durable*”, que nos oferece uma análise das principais vantagens de OGM, quando se trata de alcançar um fornecimento sustentável de alimentos para todos no planeta. O autor descreve a extensão, localização e natureza dos cultivos transgênicos em todo o mundo (10% das terras cultivadas) e, seguidamente, aborda outra questão altamente controversa: a presença, na cadeia alimentar, de produtos geneticamente modificadas em animais alimentados com essas culturas.

PIGNATARO, Laura - La politique de l'Union Européenne en matière d'OGM. **Revue du droit de l'Union Européenne**. Paris. ISSN 1155-4274. N° 3 (2011), p. 361-380. Cota: RE-200.

Resumo: Neste artigo, após definir com brevidade o conceito de organismo geneticamente modificado, as condições para a aceitação e os procedimentos para a sua autorização e introdução na União Europeia (UE), a autora faz uma análise do quadro regulamentar aplicável no âmbito da UE e as iniciativas legislativas, em curso, que visam a sua alteração.

LE PUILL, Gérard - Nourrir neuf milliards d'humains. **La pensée**. Paris. ISSN 0031-4773. N° 376 (oct.-déc. 2013), p. 31-41. Cota: RE-87.

Resumo: Neste artigo o autor, **Gérard Le Puill**, aborda a capacidade que o planeta terá, num prazo de 40 anos, de alimentar nove mil milhões de pessoas com recurso a técnicas de agricultura ecológica.

SEMINÁRIO do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida - Nanotecnologias e o. g. m.: ciência, ética e sociedade. **Colecção Bioética**. Lisboa. ISBN 978-9728368-30-2. Nº 12 (2011), 94 p. Cota: RP-718.

Resumo: No âmbito destes seminário destacamos a comunicação de Pere Puigdomènech, com o título “Ciencia, ética y sociedad : las nuevas tecnologías en agricultura” na qual o autor faz uma análise ética sobre o uso das novas tecnologias na agricultura, tecnologias essas que têm sido objeto de diferentes estudos, incluindo um parecer do Grupo Europeu de Ética na Ciência e Novas Tecnologias. O autor refere que os efeitos de agricultura sobre o meio ambiente são bem conhecidos e que poderão pôr em perigo o acesso a alimentos para as gerações futuras. Seguindo estas ideias a utilização de organismos geneticamente modificados ou a aplicação de biocombustíveis devem ser discutidos.

Maria Eduarda Gonçalves, no artigo “*Entre incertezas e controvérsias: a regulação do O.G.M. na Europa*” analisa os desafios suscitados pelas inovações de base tecnológica cujos impactes são difíceis de avaliar e se encontram envoltas em controvérsia e contestação social e política. Na Europa (Áustria, Grécia, França, Alemanha), onde esta controvérsia tem sido mais intensa têm sido evidenciadas as incertezas que envolvem a avaliação de benefícios e riscos das culturas e alimentos transgénicos.

A autora refere que a UE respondeu a estas incertezas e controvérsias instituindo um sistema regulador assente, desde 2001, no princípio da precaução. A premissa essencial deste princípio é que a ausência de prova do risco não deve ser invocada como justificação da omissão de medidas que possam prevenir a manifestação desse risco, sendo que a legislação aplicável prevê a consulta do público e de grupos de interesse na fase da avaliação dos

processos de licenciamento de OGM, mas esta consulta não tem tido expressão efetiva e a prática mostra que os cidadãos são encarados como meros consumidores numa relação de mercado.

Destaque ainda para a comunicação de **Paula Cruz de Carvalho**, “*Organismos geneticamente modificados na agricultura*” segundo a qual na procura por novas características, melhor adaptação aos diferentes ambientes agrícolas, maior resistência a pragas e doenças, maior produtividade por unidade de solo arável, os investigadores, através de um longo e evolutivo trabalho de melhoramento vegetal, têm vindo ao longo dos tempos a obter uma extensa gama de diferentes variedades das espécies vegetais utilizadas na agricultura, em particular para benefício do agricultor e do consumidor e, em geral para um mais eficiente uso dos recursos naturais disponíveis.

TRUNINGER, Mónica; FERREIRA, José Gomes – Consumo, alimentação e OGM. In **Ambiente, alterações climáticas, alimentação e energia: a opinião dos portugueses**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014. (Observatórios ICS.; 1). ISBN 978-972-671-335-7. p. 199-245. Cota: 52 – 217/2015.

Resumo: A obra em apreço “*apresenta um panorama da evolução da opinião pública em Portugal sobre questões de ambiente, consumo e energia nas últimas décadas. A enquadrar cada tema analisam-se as principais políticas entretanto lançadas às escalas europeia e nacional. As acentuadas e rápidas mudanças ocorridas no país desde 1986 constituem um pano de fundo essencial para compreender muito do que se passa e pensa atualmente neste domínio. Da energia à mobilidade urbana, das alterações climáticas aos resíduos, da água ao consumo, as respostas dos portugueses aos inquéritos Eurobarómetro são vistas à luz das tendências europeias e das diferenças por idades, género ou nível de educação. São exploradas questões como a informação sobre temas ambientais, nível de preocupação com os problemas, concordância com as medidas de política ou práticas do quotidiano.*”

No capítulo em referência os autores analisam as atitudes, opiniões e informação dos portugueses sobre alimentação e organismos geneticamente modificados. Os autores verificam que os portugueses têm vindo a manifestar preocupações e opiniões convergentes com as dos restantes europeus, relativamente às características de exigência de qualidade dos produtos. No entanto, na hora de comprar o preço ainda é mais importante que a qualidade.

Quanto à insegurança alimentar, os dados obtidos nos inquéritos mostram que os portugueses estão mais seguros, resultado dos esforços de implementação de uma estratégia robusta de segurança e controlo alimentares.

Quanto à confiança, os portugueses confiam na opinião dos cientistas para obter informação credível sobre a qualidade e a segurança alimentares.

Os autores terminam analisando com maior detalhe a temática da aplicação da biotecnologia à produção alimentar, quer através da utilização de OGM, quer através da clonagem animal e concluem que os portugueses, tal como os europeus, mostram-se muito críticos.

- **Enquadramento do tema no plano da União Europeia**

Entende-se por OGM *“qualquer organismo, com exceção do ser humano, cujo material genético tenha sido modificado de uma forma que não ocorre naturalmente por meio de cruzamentos/ou de recombinação natural”*³⁷.

Neste sentido, a UE estabeleceu um [quadro jurídico estrito para o cultivo e a comercialização de OGM](#) utilizados em géneros alimentícios ou alimentos para animais, que estabelece a obrigatoriedade da Autoridade Europeia de Segurança Alimentar ([AESA](#)), juntamente com os organismos científicos dos Estados-Membros, efetuar uma avaliação científica dos riscos, de forma a excluir qualquer perigo para a saúde humana, a saúde animal ou o ambiente, antes da colocação no mercado de qualquer OGM.

³⁷ Diretiva UE 2001/18/CE

Tendo como fundamento o parecer da [AESA](#), a Comissão Europeia (CE) prepara um projeto de decisão de forma a conceder ou recusar a autorização, a qual é objeto de votação, por maioria qualificada, por um comité de peritos constituído por representantes dos Estados-Membros. Todos os géneros alimentícios ou alimentos para animais produzidos a partir de OGM ou contendo OGM têm a obrigatoriedade de ser rastreáveis e rotulados como tal, para que os consumidores possam fazer escolhas informadas.

Em abril de 2015 entrou em vigor a [Diretiva \(UE\) n.º 2015/412](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015, que altera a Diretiva n.º 2001/18/CE no que se refere à possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem o cultivo de OGM no seu território, concedendo aos Estados-Membros maior flexibilidade relativamente ao cultivo de OGM, sem pôr em causa a avaliação do risco ambiental, que faz parte do regime de autorizações de OGM da UE previsto no [Regulamento \(CE\) n.º 1829/2003](#) e na [Diretiva n.º 2001/18/CE](#). Permitindo, desta forma, aos países proibir ou limitar, a título individual, o cultivo de OGM, mesmo que sejam autorizadas a nível da UE.

Em 2016, o Parlamento Europeu (PE) adotou resoluções³⁸ contra a autorização pela CE de OGM e a favor do envidamento de esforços para facilitar a proibição do cultivo de OGM pelos Estados-Membros, em conformidade com o objetivo de proteger a biodiversidade, a natureza e os solos. O PE fez também um apelo à CE para apresentar propostas legislativas relativas à indicação obrigatória do país de origem, com especial enfoque da carne utilizada como ingrediente em alimentos transformados. Esta medida teve como objetivo restaurar a confiança dos consumidores na sequência dos escândalos de fraude alimentar.

³⁸ Resolução do Parlamento Europeu, de 12 de maio de 2016, sobre a indicação obrigatória do país de origem ou do local de proveniência de determinados alimentos (JO C 76, 28.2.2018, p. 49).

Em 2017, o PE e o Conselho chegaram a acordo relativamente às novas regras de forma a reforçar os controlos oficiais dos alimentos, a fim de melhorar a rastreabilidade dos alimentos e combater a fraude. Na sequência de preocupações sobre os riscos decorrentes da utilização na agricultura da substância herbicida glifosato, o PE decidiu, em fevereiro de 2018, instituir a Comissão Especial sobre o Procedimento de Autorização da União para os Pesticidas (PEST) para examinar o procedimento de autorização de pesticidas na UE.

Seguidamente, a CE [propôs](#) um reexame da legislação alimentar geral da UE, de forma a aumentar a transparência das avaliações de risco da [AESA](#) e a independência dos estudos científicos subjacentes, melhorando a cooperação com os Estados-Membros respeitante à disponibilização de dados e peritos. Está igualmente previsto o reexame de atos legislativos fundamentais, em domínios como novos alimentos, OGM, pesticidas, materiais em contacto com géneros alimentícios e aditivos alimentares.

Em abril de 2018, a CE [propôs uma revisão](#) do [Regulamento Geral da Legislação Alimentar Geral](#)³⁹, que estabelece os princípios gerais de toda a legislação alimentar nacional e da UE, em conjunto com a revisão de oito atos legislativos setoriais, de forma a torná-los conformes com as regras gerais e reforçar a transparência em matéria de OGM, aditivos para a alimentação animal, aromatizantes de fumo, materiais em contacto com géneros alimentícios, aditivos alimentares, enzimas e aromas alimentares, produtos fitofarmacêuticos e novos alimentos.

Tendo presente o [balanço de qualidade](#) sobre a [legislação alimentar geral](#) realizado pela CE, este irá:

- Permitir aos cidadãos um maior acesso às informações apresentadas à [AESA](#) sobre as aprovações relativas à cadeia agroalimentar;

³⁹ Regulamento (CE) n.º 178/2002.

- Dar a possibilidade à CE de solicitar estudos adicionais;
- Envolver de forma estreita os cientistas dos Estados-Membros nos procedimentos de aprovação.
 - Assegurar maior transparência, permitindo aos cidadãos terem acesso automático e imediato a todas as informações relacionadas com a segurança apresentadas pela indústria no processo de avaliação dos riscos;
 - Criar um registo europeu comum de estudos encomendados, de forma a garantir que as empresas requerentes de autorização apresentam todas as informações pertinentes, não omitindo estudos desfavoráveis;
 - Permitir que a [AESA](#) solicite estudos adicionais, a pedido da CE, financiados pelo orçamento da UE;
 - Requerer a consulta das partes interessadas e do público sobre os estudos apresentados pela indústria de forma a apoiar os pedidos de autorização dos produtos;
 - Aumentar a participação dos Estados-Membros na estrutura de governação e painéis científicos da [AESA](#);
 - Reforçar a comunicação dos riscos aos cidadãos, com ações comuns de forma a fortalecer a confiança dos consumidores, promovendo a sensibilização e a compreensão do público e explicando de uma melhor forma os pareceres científicos expressos pela [AESA](#), bem como a base das decisões em matéria de gestão dos riscos.

- **Enquadramento internacional**

Países europeus

Diversos relatórios e estudos que tivemos ocasião de consultar indicam que a nível mundial uma elevada quantidade de países já banuiu a produção e ou importação de OGM, rondando as quatro dezenas. Num deles, por exemplo, existe de uma lista de [38 países](#), organizada da seguinte forma:

“• *Algeria: Cultivation banned. Imports banned.*

- *Austria: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Azerbaijan: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Belize: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Bhutan: Cultivation banned. Imports banned.*
- *Bosnia and Herzegovina: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Bulgaria: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Croatia: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Cyprus: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Denmark: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Ecuador: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *France: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Germany: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Greece: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Hungary: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Italy: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Kenya: Cultivation prohibited. Imports banned.*
- *Kyrgyzstan: Cultivation banned. Imports banned.*
- *Latvia: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Lithuania: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Luxembourg: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Madagascar: Cultivation banned. Imports banned.*
- *Malta: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Moldova: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Netherlands: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Northern Ireland, Scotland, Wales (United Kingdom): Cultivation prohibited.*

Imports allowed.

- *Norway: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Peru: Cultivation banned. Imports banned.*
- *Poland: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Russia: Cultivation banned. Imports banned.*
- *Saudi Arabia: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Serbia: Cultivation banned. Imports allowed.*

- *Slovenia: Cultivation prohibited. Imports allowed.*
- *Switzerland: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Turkey: Cultivation banned. Imports allowed.*
- *Ukraine: Cultivation banned (though law is widely ignored). Imports allowed.*
- *Venezuela: Cultivation banned. Imports banned.*
- *Zimbabwe: Cultivation banned. Imports banned.*^{40 41}

A nível europeu, outros estudos referem que mais de metade dos 28 Estados-Membros⁴² já terão utilizado a faculdade de proibição, faculdade essa que lhes é conferida pela legislação europeia, orientada pelo princípio da precaução, de decidirem se pretendem utilizar organismos geneticamente modificados, podendo optar por escolher a proibição geral (*opt out*⁴³). A organização *Sustainable Pulse*, composta por cidadãos comuns e cientistas, refere na sua [webpage](#), que a Alemanha, Áustria, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Escócia, Eslovénia, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda do Norte, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, País de Gales e Polónia, já proibiram a sua utilização.

Não obstante, estes números devem ser analisados com alguma cautela, pois não é seguro que os dados recolhidos estejam inteiramente corretos,

40 Optámos pela transcrição da lista na língua original (inglês) para se entender melhor os países que proibiram o cultivo (*cultivation banned*) e também a importação (*imports banned*), assim como os que proibiram o cultivo mas não a importação (*imports allowed*).

41 Por contraposição, a *GeneWatch* asseverava, em 2015, que a nível mundial só 28 países cultivavam variedades agrícolas e hortícolas geneticamente modificadas (dados coincidentes com os de um outro relatório de 2016). Contam-se entre esses países os seguintes: África do Sul, Argentina, Austrália, Bangladesh, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, Filipinas, Honduras, Índia, México, Myanmar, Paquistão, Paraguai, Portugal, República Checa, Sudão, Uruguai e Vietname. Existe, aliás, uma base de dados, gerida pela *International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications*, organizada por país e por espécie agrícola, onde são registadas as variedades geneticamente modificadas usadas em todo o Mundo.

42 Para este efeito, ainda incluído o Reino Unido.

43 Também designada por "*cláusula de salvaguarda*". Em traços gerais, dir-se-á que, face às regras da UE em vigor, as culturas geneticamente modificadas só são permitidas após uma avaliação profunda dos riscos, embora os Estados membros tenham agora flexibilidade para escolher entre permitir e proibir ou restringir o cultivo de organismos geneticamente modificados no seu território. Continua a ser permitido cultivar variedades agrícolas ou hortícolas geneticamente modificadas, mas só depois de terem sido autorizadas a nível da UE depois de uma avaliação rigorosa dos riscos realizada pela AESA. Após tal autorização, os países da UE só podem proibir a utilização do produto geneticamente modificado no seu território através da utilização da chamada "*cláusula de salvaguarda*", tendo de justificar esta decisão provando que o organismo geneticamente modificado em causa pode causar danos aos seres humanos ou ao meio ambiente.

restando ainda dúvidas sobre se dizem respeito à proibição geral de uso e importação de organismos geneticamente modificados ou apenas a algumas espécies agrícolas ou hortícolas⁴⁴. Nalguns casos pode ter acontecido a proibição do cultivo, mas não a importação de OGM⁴⁵. Tudo indica, no entanto, que o número de países que já baniram a produção e comercialização de OGM seja dessa ordem de grandeza.

Os que se mostram contra o cultivo e comercialização de variedades geneticamente modificadas, designadamente os proponentes dos projetos de lei em apreço⁴⁶, salientam os seus malefícios para a saúde humana e os riscos para a agricultura, o ambiente, a economia, a segurança alimentar e a biodiversidade vegetal e animal⁴⁷, ao passo que os seus defensores⁴⁸ as apresentam como panaceia para a fome no mundo, as alterações climáticas e a subnutrição, não lhes imputando riscos para a saúde humana.

A legislação específica comparada é apresentada aqui apenas para países em relação aos quais obtivemos elementos legislativos suficientes para comprovar as soluções em vigor sobre a proibição geral ou não dos organismos geneticamente modificados, incidindo sobre os seguintes Estados-membros: Espanha, França e Irlanda.

ESPANHA

O regime jurídico paralelo do direito espanhol consta da [Ley 9/2003, de 25 de abril](#) “*establece el régimen jurídico de la utilización confinada, liberación voluntaria y comercialización de organismos modificados genéticamente*”⁴⁹,

⁴⁴ Em <https://www.thenation.com/article/twenty-six-countries-ban-gmos-why-wont-us> fala-se em proibição total ou parcial.

⁴⁵ Como nos mostra a página da *Internet* do [Genetic Literacy Project](#) e resulta da [lista de países que baniram o cultivo](#), acima transcrita.

⁴⁶ Outro caso é o da organização [Slow Food](#), que se [opõe](#) à produção de organismos geneticamente modificados.

⁴⁷ Na medida em que estes sejam alimentados com rações transgênicas.

⁴⁸ Como, por exemplo, [António Coutinho](#), ex-Diretor do Instituto Gulbenkian de Ciência e Presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa.

⁴⁹ Texto consolidado retirado de www.boe.es.

regulamentada pelo [Real Decreto 178/2004, de 30 de enero](#) “por el que se aprueba el Reglamento general para el desarrollo y ejecución de la Ley 9/2003, de 25 de abril, por la que se establece el régimen jurídico de la utilización confinada, liberación voluntaria y comercialización de organismos modificados genéticamente”⁵⁰, não se proibindo, em geral, a utilização, libertação deliberada e comercialização de organismos geneticamente modificados, embora se estabeleçam requisitos apertados para a produção, confinada, desses organismos.

FRANÇA

A legislação básica está concentrada no Título III do Livro V da Parte Legislativa do [Code de l'Environnement](#), sob a epígrafe “*Organismes génétiquement modifiés*”. Embora haja indicação de que a França proibiu a produção de pelo menos alguns organismos geneticamente modificados, não o fez expressamente em relação à sua importação. A libertação e colocação no mercado de organismos geneticamente modificados é regulada nas secções 2 e 3 do Capítulo III “*Dissémination volontaire d'organismes génétiquement modifiés*” do referido Título III, continuando a admitir-se a sua existência, embora sempre com sujeição a rotulagem obrigatória e exame prévio do respetivo pedido de autorização que tem em conta os riscos para o ambiente e a saúde pública (artigos L533-3 a L533-8-2).

IRLANDA

No [Genetically Modified Organisms \(Deliberate Release\) Regulations 2003 \(S.I. n° 500 of 22/10/2003\)](#), não sujeito a alteração na sequência das modificações na legislação comunitária de 2015, continua a admitir-se a produção, cultivo e comercialização de variedades agrícolas e hortícolas geneticamente modificadas.

Outros países

⁵⁰ Texto consolidado retirado de www.boe.es.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

De acordo com a lei federal numerada como [Public Law 114-2016](#), também os Estados Unidos da América, à semelhança de países como a China, o Brasil e o Canadá, admitem o cultivo e comercialização de organismos geneticamente modificados, embora sujeito a rigorosas normas de autorização prévia e rotulagem e identificação do produto alimentício, que obrigam, designadamente, à indicação da quantidade de substâncias geneticamente manipuladas nele contidas, de acordo com o [Safe and Accurate Food Labeling Act of 2015](#).

Organizações internacionais

As restrições às leis nacionais provenientes das regras de Direito Internacional Público Convencional emanam de duas fontes: as convenções internacionais sobre biodiversidade e os acordos estabelecidos ao nível da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC). As duas são pelo menos aparentemente conflitantes entre si, já que, por um lado, as primeiras estabelecem a obrigação de a legislação atinente a organismos geneticamente modificados respeitar o ambiente e, em particular, a diversidade biológica global e, por outro lado, os segundos preveem o dever de a mesma legislação não limitar desnecessariamente o comércio internacional.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A [Convenção sobre a Diversidade Biológica](#) obriga os seus membros a contribuir para a proteção e conservação da diversidade biológica, uso sustentável dos seus elementos e partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes dos recursos genéticos, determinando explicitamente, na alínea g) do seu artigo 8.º, que cada parte contratante deve, “*na medida do possível e conforme o apropriado*”, “*estabelecer ou manter meios para regulamentar, gerir*

ou controlar os riscos associados à utilização e à libertação de organismos vivos modificados como resultado da biotecnologia que possam ter impactes ambientais adversos passíveis de afetar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, tendo também em conta os riscos para a saúde humana”. A noção de “biotecnologia”, por seu turno, consta do artigo 2.º, sendo definida como “qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados para a criação ou modificação de produtos ou processos para utilização específica”.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

De acordo com as regras e princípios estabelecidos pela [OMC](#), os Estados não podem discriminar importações e devem tratar a importação de produtos não menos favoravelmente do que a comercialização de produtos de origem nacional, mas podem adotar as medidas necessárias a proteger a vida ou a saúde de seres humanos, animais ou plantas se tais medidas não constituírem uma discriminação arbitrária ou injustificada entre países ou uma disfarçada restrição ao comércio internacional. As medidas mencionadas, dirigidas à proteção da saúde ou do ambiente, têm de ser baseadas em fundamentos científicos, sem prejuízo de os Estados poderem livremente determinar os seus próprios níveis de risco e de proteção ambiental.⁵¹

IV. Iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a mesma matéria

- **Iniciativas legislativas**

Efetuada consulta à base de dados da Atividade Parlamentar (AP), verificou-se que se encontram em apreciação, na Comissão de Agricultura e Mar (7.ª), as seguintes iniciativas legislativas sobre matéria conexa com a presente:

⁵¹ Vide artigo XX do [Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio](#), conhecido pela sua sigla em inglês ([GATT](#)).

- [Projeto de Lei n.º 927/XIII/3.ª \(PAN\)](#) – “Proíbe a produção e o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (revoga o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro)”;
- [Projeto de Lei n.º 937/XIII/3.ª \(PEV\)](#) – “Alarga a abrangência das regras de rotulagem para os alimentos geneticamente modificados”;
- [Projeto de Lei n.º 938/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – “Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM)”.

- **Petições**

Consultada a base de dados da Atividade Parlamentar (AP), não se identificou qualquer petição pendente, neste momento, sobre matéria idêntica ou conexas.

V. Consultas e contributos

Dado o teor da iniciativa poderão ser consultadas entidades que atuem no âmbito do ambiente e agricultura, nomeadamente, a Plataforma “Transgénicos Fora”, a Confederação dos Agricultores de Portugal, a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

VI. Apreciação das consequências da aprovação e dos previsíveis encargos com a sua aplicação

Em face da informação disponível, não é possível determinar ou quantificar eventuais encargos resultantes da aprovação da presente iniciativa.